

DISCURSO

**DESEMBARGADOR SÉRGIO ANTÔNIO DE RESENDE -
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS
GERAIS**

**ENTREGA DO TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DE
DIVINÓPOLIS**

**2 de março de 2010 – 17 horas – Câmara Municipal de
Divinópolis – Rua São Paulo, 277 – Centro**

Ao retornar hoje a esta comarca, veem as lembranças do tempo em que aqui exerci a judicatura. Recordo com carinho dos magistrados e servidores da dedicada equipe do Fórum, numa época em que o mundo tinha menos pressa... Alguns processos e sentenças ainda estão guardados em minha memória. Havia obstáculos, é claro, mas eram muitas as alegrias.

Um pouco da história da minha família também foi construída em Divinópolis, onde é fácil fazer amizades. É impossível não sentir saudades do espírito acolhedor das pessoas deste lugar, dos bons momentos compartilhados e da solidariedade nas horas mais difíceis.

A força de Divinópolis advém da fé de sua gente. No século dezoito, exatamente em 1767, foi construída a primeira igreja, consagrada ao Espírito Santo e a São Francisco, um patrimônio doado pelos primeiros colonizadores. Alguns anos antes, em 1760, haviam chegado à região, anteriormente habitada por indígenas, o sargento-mor Gabriel da Silva Pereira e Tomás Teixeira.

Formou-se o arraial que se desenvolveu rapidamente, atraindo fazendeiros de Pitangui e São Bento do Tamanduá, atual Itapecerica. A freguesia foi criada em 1839. Alguns anos mais tarde, em 1890, inaugura-se a estação de Henrique Galvão. Em 1911, o povoado desmembra-se de Itapecerica, com a denominação de Henrique Galvão. No ano seguinte, adota o nome de Divinópolis e emancipa-se em 1915.

Por trás das histórias que se contam nos livros, há outra, maior e mais bonita, feita pelas pessoas, na luta para criar sua família, na dedicação ao trabalho sério e honesto. A grandeza de uma cidade ou de um país está na força e integridade de cada um dos seus cidadãos.

O município se desenvolveu... Hoje, já são mais de 200 mil habitantes. A economia se diversificou, criando novas oportunidades e, como não poderia ser diferente, mudando a realidade do Judiciário local. Com o progresso, surgem também novos conflitos e novas ações na Justiça.

Um olhar sobre as estatísticas da Comarca de Divinópolis demonstram isso: de janeiro a outubro do ano passado, quase 25 mil novos processos foram ajuizados na Justiça Comum e nos Juizados Especiais. Os magistrados conseguiram julgar a mesma quantia, ou seja, 25 mil ações e, ainda assim, estão em andamento mais de 46 mil processos.

Não se pode atribuir somente ao Judiciário a problemática do acervo processual.

Sabe-se que os processos, muitas vezes, não podem ser encerrados, por motivos alheios à vontade do juiz: ações que ficam aguardando realização de audiência quando uma das partes não é encontrada em seus endereços; processos em tramitação nas instâncias superiores; processos em fase de execução; processos aguardando realização de perícias por falta de recursos públicos destinados especificamente para esse fim.

E ainda: processos aguardando cumprimento de mandados de prisão; processos paralisados por falta de bens à penhora, dentre vários motivos, que não dependem, exclusivamente, da atuação do Judiciário.

Percebe-se hoje que o último alento das pessoas é a Justiça. Enquanto a sociedade vai se tornando mais complexa, ocorre uma diversificação dos atritos e, também, uma consciência maior de cidadania e atenção aos direitos.

Há casos em que as pessoas entram com ação para ter acesso a um extrato bancário junto à respectiva instituição financeira. Vários outros exemplos poderiam ser citados, para ilustrar a questão da jurisdicionalização dos conflitos.

As consequências são visíveis: o aumento da demanda e a sobrecarga do Judiciário, sem que a estrutura de atendimento possa ser ampliada na medida das necessidades. O orçamento é limitado e insuficiente para tantas reivindicações.

Hoje, mais que nunca, fala-se na urgente informatização do Judiciário, simplificação dos ritos judiciais e mudança dos códigos de processos. Realmente, é preciso conceber um Judiciário que atenda a este novo tempo, que dita rapidez, simplificação e eficiência.

Na semana passada, na primeira audiência pública realizada em Belo Horizonte, para debater as mudanças do Código de Processo Civil, houve a participação de vários operadores do direito, estudantes e cidadãos. O ministro do Superior Tribunal de Justiça, Luiz Fux, que é presidente da Comissão, defendeu a necessidade de tirar as incoerências, com o devido respeito às garantias constitucionais.

Estão em discussão medidas como redução do número de recursos; unificação de prazos para a interposição de recursos; aperfeiçoamento da penhora *on line* para os credores receberem mais rapidamente; adequação do código ao processo eletrônico, dentre vários outros pontos.

Esses são temas que estão em pauta no mundo jurídico. A preocupação com a morosidade é constante. É importante que a sociedade busque resolver os problemas pela via administrativa, aliviando a Justiça, que deverá, então, ater-se a questões realmente significativas.

Tenho defendido a importância de se respeitar a federação, evitando que todas as decisões dos Estados sejam passíveis de recursos para os tribunais de Brasília. Os fatos revelam um completo desrespeito à autonomia dos Estados, servindo os tribunais de justiça, em inúmeras oportunidades, como uma simples passagem processual. Deve-se evitar que as chamadas “questões de fato” apreciadas na Justiça Comum sejam revistas de forma sub-reptícia como vem constantemente ocorrendo.

Outra palavra-chave para a agilidade do Judiciário é a “conciliação”. A comissão incumbida da reforma do Código de Processo Civil já está atenta a essa questão. Pois, já é de conhecimento de todos, que o acordo, além de garantir decisões mais rápidas, tem o poder de apaziguar as partes em conflito e promover a paz social.

Essas discussões são importantes neste momento, porque um magistrado está sempre envolvido com o seu trabalho e com o ideal de aprimorar a Justiça.

A rotina do juiz mudou muito desde a época em que atuei aqui em Divinópolis. Além do aumento do volume da demanda, as cobranças aumentaram muito. Hoje, as decisões judiciais pautam a Imprensa. Ao contrário do que ocorria há pouco mais de uma década, a Justiça é notícia todos os dias, pauta também os colunistas, os editoriais e inúmeras publicações e sites especializados.

Acredito que são mudanças benéficas e só irão aprimorar a instituição judiciária. O sonho dos magistrados e servidores é ver a Justiça completamente informatizada, nos moldes da Receita Federal, que já é, há alguns anos, referência nessa área.

Quero crer que a homenagem que recebo aqui hoje é um reconhecimento ao homem, mas, sobretudo, ao magistrado. São mais de 40 anos de dedicação ao Judiciário.

Fico feliz em receber a distinção por se tratar de uma deferência feita por uma comunidade pela qual tenho grande apreço. O carinho que tenho por todos vocês é antigo e só se fortaleceu no decorrer dos anos.

Agradeço ao Vereador Anderson Saleme, autor do requerimento, ao Presidente da Câmara, Vereador Edmar Rodrigues, e a todos os amigos de Divinópolis, agora, meus concidadãos.

Mais que honrar uma pessoa, um título honra uma carreira, o empenho, a persistência para se alcançar um resultado. Não se pode esquecer de que o sucesso de um é também o somatório de esforços de todos aqueles que estiveram do seu lado: a família, os colegas de trabalho e os amigos.

Desejo que Divinópolis continue sendo esse nome que a gente fala com entusiasmo, por ser sinônimo de ótimas lembranças. Não tenho dúvida de que a minha carreira foi mais abençoada pelas páginas que aqui foram escritas.

Muito obrigado a todos.